

Direito. Dado é do Conselho Nacional de Justiça; Rio de Janeiro ocupa a segunda posição

Minas Gerais é o Estado onde mais juizes sofrem ameaças

Maioria dos casos está ligada a prisões de traficantes, informa associação

BERNARDO MIRANDA

Minas Gerais é o Estado que teve o maior número de ameaças a juizes no Brasil, segundo levantamento feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). De julho de 2011 até o mês passado, 30 magistrados mineiros sofreram algum tipo de ameaça, o que representa mais de um caso por mês. Em segundo lugar no ranking, aparece Rio de Janeiro, com 29 ameaças, seguido por Bahia, com 14. Em todo país, 199 juizes foram jurados de morte ou receberam recados com promessas de violência contra seus familiares.

O levantamento foi feito nos tribunais de Justiça e tribunais regionais eleitorais de cada unidade da federação. Já nos tribunais federais espalhados pelo Brasil, foram 28 ameaças a juizes no mesmo período.

Na avaliação do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros em Minas (Amagis), desembargador Hebert Carneiro, o Estado tem grande número de casos por causa da extensão territorial. "A maior parte das 296 comarcas de Minas está distante da capital. A maioria das ameaças ocorre contra juizes de comarcas próximas à fronteira com outros Estados. Algumas são rotas de tráfico de drogas, e os magistrados desses locais que acabam mantendo presos traficantes e chefes de organizações criminosas so-

frem esse tipo de violência", explica o desembargador. Como exemplo, ele cita a região do Pontal do Triângulo, rota de tráfico de drogas e contrabando.

Segundo dados da própria Amagis que levam em conta somente os casos de 2012, 57 juizes corriam algum risco, sendo que 21 deles chegaram a receber ameaças de fato, e seis precisaram de escolta policial.

ROTINA ALTERADA. "Essa insegurança desestimula os profissionais do direito a buscarem a carreira de juiz. Todo mundo quer serenidade para trabalhar. Quando você necessita de escolta policial, toda a rotina da sua vida tem que ser alterada. Você não pode ir ao campo de futebol, não pode ir a academia", analisa o desembargador Hebert Carneiro.

Para aumentar a segurança dos magistrados, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) criou, em 2012, resolução que determina o julgamento de ações contra organização criminosas por um colegiado formado por três juizes, e não mais individualmente. Dessa forma, somente a decisão final é divulgada, sem informar como votou cada um dos magistrados.

Infraestrutura

Precariedade. No mês passado, O TEMPO mostrou que todos os 296 fóruns de Minas não têm equipamentos de segurança suficientes para garantir a proteção advogados, juizes e outros servidores.

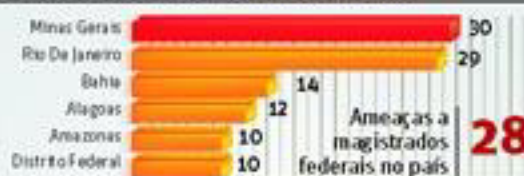


Risco. Em Igarapé, na região metropolitana, homem foi baleado ao prestar depoimento no fórum

MAGISTRADOS EM RISCO

Tribunais de Justiça e tribunais regionais eleitorais*

ESTADOS COM O MAIOR NÚMERO DE CASOS



ESTADOS COM O MENOR NÚMERO DE CASOS



DADOS SOBRE JUIZES DE MINAS (2012)



Fonte: Conselho Nacional de Justiça e Associação dos Magistrados Brasileiros

Recurso será previsto em projeto de lei

A Associação dos Magistrados Brasileiros em Minas Gerais (Amagis) vai propor, por meio de projeto de lei, a instituição de fundo específico para arrecadar recursos voltados a ações que garantam a segurança de juizes. A proposta será apresentada aos deputados estaduais, durante audiência pública na Assembleia Legislativa, marcada para o próximo dia 16.

"É uma ilusão pensar que, de uma hora para outra, todas as 296 comarcas vão estar equipadas adequadamente. Porém, é necessário prever, no orçamento, recursos para esse fim", analisa o presidente da Amagis, desembargador Hebert Carneiro. (BM)